

**PROCESSO SELETIVO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIAS**

**GABARITO - DIREITO**

<b>Questão</b>	<b>Nível</b>	<b>Pergunta</b>	<b>Alternativa A</b>	<b>Alternativa B</b>	<b>Alternativa C</b>	<b>Alternativa D</b>	<b>Alternativa Correta</b>
1	Superior	Quanto às fontes do Direito Penal, analise as seguintes proposições:/ I - Segundo o artigo 22, I, da Constituição Federal de 1988, é competência privativa da União legislar sobre Direito Penal, sendo esse um exemplo de fonte formal; II - A Lei Penal é fonte formal do Direito Penal; III - Na área penal, os costumes não são considerados fonte de Direito./ Está(ão) correta(s):	I, II e III.	I e III, apenas.	II e III, apenas.	II, apenas.	D
2	Superior	No que diz respeito às fontes do Direito Penal, escolha a alternativa correta.	As fontes formais do Direito Penal são divididas em fontes de produção e fontes de cognição.	Os princípios gerais de Direito são fonte formal do Direito Penal.	A doutrina pode ser considerada fonte material do Direito Penal.	As fontes materiais do direito penal se classificam em mediatas e imediatas.	B
3	Superior	Observe os seguintes princípios:/ I - Irretroatividade da Lei Penal; II - Princípio da Primazia da Realidade; III - Princípio da Legalidade; IV - Princípio da Pessoalidade da Pena./ São Princípios Constitucionais do Direito Penal:	I, II, III e IV.	I e IV, apenas.	I, III e IV, apenas.	II e III, apenas.	C
4	Superior	Quanto ao Princípio da Anterioridade da Lei Penal, escolha a alternativa que contenha seu correto significado.	A lei penal deve ser anterior à prática da conduta comissiva ou omissiva.	A lei penal poderá retroagir, ainda que prejudique o réu.	Nenhuma pessoa pode ser considerada culpada sem que haja antes uma sentença penal condenatória.	A pena não pode ultrapassar a pessoa do condenado.	A
5	Superior	No que tange à aplicação da Lei Penal, escolha a alternativa correta.	É possível que exista pena sem que haja prévia cominação legal.	Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime.	Uma lei posterior que beneficie o agente se aplica aos fatos anteriores, excluídos aqueles decididos por sentença condenatória transitada em julgado.	Se decorrer o período de duração de uma lei excepcional, ela não poderá ser aplicada aos fatos praticados na sua vigência.	B
6	Superior	Sobre a interpretação da Lei Penal, observe as seguintes afirmativas:/ I - A interpretação quanto ao sujeito subdivide-se em: legislativa, doutrinária e jurisprudencial; II - A interpretação teleológica busca a intenção objetivada na lei; III - Por meio da interpretação extensiva amplia-se um conceito legal./ Está(ão) correta(s):	I, II e III.	I, apenas.	I e III, apenas.	III, apenas.	A
7	Superior	Quanto à lei penal no espaço, escolha a alternativa correta.	Pela Teoria da Ubiquidade, considera-se lugar do crime aquele onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.	O Código Penal Brasileiro adotou a Teoria da Ubiquidade.	Pela Teoria da Atividade, considera-se praticado o crime no lugar onde ocorreu a consumação.	No Brasil, considera-se praticado o crime apenas no lugar onde se deu a ação ou omissão.	B

8	Superior	A respeito do crime, analise as seguintes proposições:/ I – A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado; II – Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços; III – O crime é doloso quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia./ Está(ão) correta(s):	I e II, apenas.	I, II e III.	II, apenas.	I e III, apenas.	A
9	Superior	Acerca da territorialidade no Código Penal, escolha a alternativa correta.	As aeronaves mercantes ou de propriedade privada que se encontrem no espaço aéreo correspondente não se consideram extensão do território nacional para efeitos penais.	Ao crime cometido em território nacional, aplica-se a lei brasileira, desconsiderando-se as convenções, tratados e regras de direito internacional.	As embarcações e aeronaves brasileiras, a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, são consideradas extensão do território nacional para efeitos penais.	Não se aplica a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, ainda que em pouso no território nacional.	C
10	Superior	Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes, EXCETO:	contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.	de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.	que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.	contra a honra do Presidente do Senado ou da Câmara dos Deputados do Brasil.	D
11	Superior	Quanto à classificação das infrações penais, escolha a alternativa correta.	Crime plurissubjetivo é aquele em que um único sujeito comete várias ações.	Crime de perigo ocorre quando há uma lesão concreta ao bem jurídico.	Crime comum é aquele que possui menor importância dentro do ordenamento jurídico.	Crime qualificado ocorre quando são agregadas circunstâncias agravantes ao tipo penal, fazendo com que a pena, conseqüentemente, seja maior.	D
12	Superior	Análise as seguintes proposições no que tange à extradição, deportação e expulsão:/ I - Ao estrangeiro que entre ou esteja no país de maneira irregular e não se retire voluntariamente no prazo estabelecido, caberá deportação; II - Ao estrangeiro que, de qualquer forma, atente contra a segurança nacional, caberá a expulsão; III - A extradição é cabível tanto ao brasileiro nato quanto ao naturalizado./ Está(ão) correta(s):	III, apenas.	I, II e III.	I e II, apenas.	II, apenas.	C

13	Superior	Sobre a imputabilidade penal, escolha a alternativa correta.	A emoção ou paixão excluem a imputabilidade penal.	É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.	Os menores de 16 anos são penalmente inimputáveis.	A embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos constitui causa de exclusão da imputabilidade penal.	B
14	Superior	Quanto à incapacidade civil, escolha a alternativa correta.	Os maiores de 16 e menores de 18 anos são considerados absolutamente incapazes.	Os viciados em tóxicos são considerados incapazes relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer.	Os pródigos são absolutamente incapazes.	Os que são acometidos de deficiência mental, possuindo discernimento reduzido, são absolutamente incapazes.	B
15	Superior	A cessação da incapacidade civil ocorre, EXCETO:	pela existência de relação de emprego ainda que o menor com dezesseis anos completos não tenha economia própria, mas apresente plano viável para a concretização da independência financeira.	pelo exercício de emprego público efetivo.	pela colação de grau em curso de ensino superior.	pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.	A
16	Superior	Sobre a morte como causa de fim da personalidade, observe as seguintes afirmações: I - Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida; II - Declara-se a morte presumida, sem decretação de ausência, quando alguém, desaparecido em campanha, não for encontrado até 10 anos após o término da guerra; III - Pelo instituto da comoriência, admite-se que, se duas ou mais pessoas falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum precedeu aos outros, será presumida a morte simultânea. Está(ão) correta(s):	I e III, apenas.	I e II, apenas.	II, apenas.	I, II e III.	A
17	Superior	Acerca do registro público, escolha a alternativa correta.	Apenas a interdição por incapacidade absoluta deve ser registrada em registro público.	O restabelecimento da sociedade conjugal não será averbado em registro público.	Somente os atos judiciais que declarem ou reconheçam a filiação devem ser averbados em registro público.	A sentença declaratória de ausência deve ser registrada em registro público.	D
18	Superior	São características dos direitos da personalidade, EXCETO:	Imprescritibilidade.	Impenhorabilidade.	Relatividade.	Indisponibilidade.	C

19	Superior	Sobre os direitos da personalidade, escolha a alternativa correta.	O nome alheio pode ser usado em propaganda comercial, independente de autorização, quando houver boa-fé.	Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.	O pseudônimo, ainda que adotado para atividades lícitas, não goza da mesma proteção que se dá ao nome.	É defesa, ainda que com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.	B
20	Superior	Sobre o domicílio, analise as seguintes proposições: / I - Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio aquela que primeiro foi adquirida; / II - É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida; / III - Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, a residência de seu ascendente mais próximo./ Está(ão) correta(s):	III, apenas.	I, II e III.	I e II, apenas.	II, apenas.	D
21	Superior	No que tange aos bens imóveis, analise as seguintes afirmativas: / I - São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente; II - os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram são considerados imóveis para os efeitos legais; III - Perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem. Está(ão) correta(s):	I e II, apenas.	II, apenas.	III, apenas.	I, II e III.	A
22	Superior	Sobre os bens estabelecidos no Código Civil, escolha a alternativa correta.	Bens fungíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.	Considera-se bem móvel, para os efeitos legais, o direito à sucessão aberta.	As energias que tenham valor econômico são consideradas bens móveis para os efeitos legais.	Bens divisíveis são os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância.	C
23	Superior	A respeito da representação, observe as seguintes proposições: / I - Os poderes de representação conferem-se apenas pelo interessado; / II - O representante não é obrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes; III - É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou./ Está(ão) correta(s):	I, II e III.	III, apenas.	I, apenas.	I e II, apenas.	B

24	Superior	<p>Quanto ao erro, como defeito do negócio jurídico, observe as seguintes afirmativas: / I - O erro não prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante; / II - O erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade; / III - O erro de indicação da pessoa ou da coisa, a que se referir a declaração de vontade, não viciará o negócio quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada. / Está(ão) correta(s):</p>	I, apenas.	III, apenas.	I, II e III.	I e III, apenas.	C
25	Superior	<p>Sobre os defeitos nos negócios jurídicos, escolha a alternativa correta.</p>	<p>Se ambas as partes procederem com dolo, a primeira que alegá-lo pode anular o negócio ou reclamar indenização.</p>	<p>A ameaça do exercício normal de um direito também configura coação.</p>	<p>Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.</p>	<p>Ainda que a parte favorecida concorde com a redução do proveito, será decretada a anulação do negócio jurídico por lesão.</p>	C